

A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais

RUY BRAGA

São Paulo: Alameda, 2015, 230 p.

Renan Dias Oliveira¹

Em *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*, Ruy Braga destaca e analisa protestos que foram e continuam marcantes nos contextos nacional e internacional, e vê no protagonismo dos trabalhadores precários a centralidade de suas motivações. Fruto de agudas contradições sociais, o “precariado global”, fração da classe trabalhadora extremamente precarizada, principalmente nas periferias do sistema capitalista, já é maioria no conjunto da classe, tema tratado pelo autor também em outros textos. O cerne do livro, que é uma coletânea de artigos, consiste em relacionar a precarização do trabalho, decorrente da atual crise capitalista, com as mobilizações sociais que surgiram como resposta a este contexto, no Brasil e em Portugal, principalmente.

O livro está organizado em quatro partes, que são grandes temas para análise: impaciência, inquietação, indignação e estilhaços. O autor aponta como Portugal vive a crise econômica a partir das políticas de austeridade impostas pela Troika, isto é, pelo aumento da pobreza causado pelas imposições do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia. Em 2010, Portugal chegou a ter 2,7 milhões de pessoas vivendo em risco de pobreza e

¹ Graduado em Ciências Sociais pela UFSCAR e em História pela UNIFRAN. Mestre em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP. Professor de História no Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA). E-mail: renandoliveira@yahoo.com.br.

exclusão social, o que representa 25,4% da população total do país. Ao aplicar obedientemente as políticas da Troika, o governo português empurrou grande parte de sua população para o abismo social.

É possível avaliar que Ruy Braga mantém uma abordagem crítica nas classificações oficiais dos governos, no que toca ao novo contexto de crise e de mobilizações. Os governos europeus, alinhados à Troika, mantêm uma postura mais realista nos dados oficiais, mas de pouco diálogo e disposta a enfrentar reações populares às políticas de austeridade. Já o governo brasileiro, no período de hegemonia do PT, optou por dialogar com diversos segmentos sociais, mas não explicitou as contradições da sociedade brasileira, com vistas à sua superação. Pelo contrário, optou por chamar de “nova classe média” um setor desprovido de direitos e extremamente maleável em seus posicionamentos políticos, o que ficou claro no contexto mais recente.

No artigo seguinte, em diálogo com Guy Standing, mas discordando de sua perspectiva sobre o precariado (Standing considera que este não faz parte da classe trabalhadora, além de portar características incertas, carente de identidade coletiva e com dificuldades de organização sindical e social), Ruy Braga aponta que o precariado do chamado “Sul global” é diferente da fração de classe precarizada analisada por Standing nos países de capitalismo avançado. Considera que, em larga medida, é da qualidade da ação coletiva desse grupo que depende o futuro dos movimentos sociais globais. Standing descolou, em sua análise, a realidade do precariado da ação sindical, acreditando que o sindicato é uma instituição limitada e obsoleta para se alcançar garantias sociais. Ruy Braga mostra que no setor de *telemarketing* no Brasil, ramo extremamente precarizado, aumentou entre 2008 e 2012 o número de trabalhadores sindicalizados, as greves e paralisações, além de iniciativas integradas com outros grupos sociais. O olhar de Braga é muito mais fidedigno a uma análise do precariado no Brasil e no “Sul global” neste período do que a de Standing.

O autor inclui ainda na primeira parte do livro um artigo sobre a morte da ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher para lembrar da saudade que ela não deixará. O prolongamento da atual crise financeira e econômica europeia ameaça trazer de volta o fantasma que Thatcher pensara ter exorcizado. A mundialização financeira neoliberal apresenta agora uma instabilidade também para as economias centrais europeias. Certamente que os impactos maiores incidem no precariado do Sul global, como é o caso da África do Sul, que vive um momento de tensões e repressões sociais, talvez fruto do legado contraditório deixado por Mandela que conseguiu sedimentar um modelo de (sub) desenvolvimento neoliberal (um *apartheid* social) com reformas pontuais, como as iniciativas para superação do *apartheid* racial.

Na parte sobre a “inquietação”, o autor se centra no Brasil para reafirmar a inconsistência dos dados do governo sobre a “nova classe média”. À custa da reprodução de um regime de acumulação que insiste em precarizar o trabalho subalterno, o “modelo lulista” integrou no mercado de trabalho (e no consumo intensivo) grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras em ocupações na base da pirâmide social, que não exigem grandes qualificações. A chamada “hegemonia lulista” se apoiou no alargamento da base salarial da pirâmide ocupacional brasileira, mas esbarrou nas promessas de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, o que é, evidentemente, impossível de acontecer sem a geração de postos de trabalho mais qualificados e sem o bloqueio da rotatividade do trabalho.

A análise de Ruy Braga explicita o que foi a “hegemonia lulista” nos períodos de governos do PT. Baseado em uma ideia de “conciliação de interesses de classes”, tal modelo se esgarçou nos últimos meses com o “processo de impeachment” marcando uma página final e decisiva desse período. O livro de Ruy Braga nos fornece bases para compreender como a burguesia brasileira se alimentou das benesses do período dos governos do PT e,

quando a crise internacional exigiu um governo autoritário para a manutenção de suas taxas de lucro, ela não pensou duas vezes em apoiar o “processo de impeachment” e a base de sustentação do novo governo no Congresso.

Na última parte do livro, Ruy Braga aponta que felizmente há “indignação” e “estilhaços”. O atual contexto é de crise social, com muita tensão por conta do endividamento das famílias brasileiras e pelo aumento da repressão policial. Neste ano, com as iniciativas do atual governo, a repressão tornou-se muito mais intensa e escancara as pretensões da burguesia brasileira para manter seus níveis de lucro e acumulação. Desde 2013, muita produção sociológica séria tem se debruçado para compreender o novo contexto e indicar pistas de mobilização social. O livro de Ruy Braga se insere nessa perspectiva. Ainda que tenha sido escrito em um período onde a “hegemonia lulista” não imaginava ter seus alicerces abalados, o livro é fundamental para se compreender este novo período, no qual o precariado continuará como parcela da classe trabalhadora com parca remuneração e direitos sociais. Com o aprofundamento da repressão social e da flexibilização nos processos de trabalho, o precariado terá que redimensionar sua relação com as burocracias sindicais, construir novas formas de luta por direitos e se articular com movimentos sociais que lutam por direitos da classe trabalhadora, mas também pela democracia e por direitos políticos de forma mais ampla.